



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ARAPIRACA - AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
- ALAGOAS

Assistente Administrativo
Educativo

EDITAL N° 02/2025

CÓD: SL-087OT-25
7908403582174

Português

1. Leitura e compreensão de textos variados	9
2. Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo	12
3. Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos	15
4. Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto	21
5. Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização.....	25
6. Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido	26
7. Verbos: pessoa, número, tempo e modo. Vozes verbais. Estrutura, classificação e formação de palavras. Funções e classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	27
8. Transitividade verbal e nominal	37
9. Regência verbal e nominal.....	38
10. Figuras de linguagem	42
11. Funções da linguagem	44
12. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	45
13. Acentuação gráfica.....	47
14. Pontuação: regras e efeitos de sentido. Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido.....	51
15. Sintaxe do Período Simples. Coordenação e subordinação	57
16. Crase	62
17. Ortografia.....	64

Informática

1. Modalidades de processamento.....	79
2. Organização e Arquitetura de Computadores. Conceitos. Tipos e Características. Componentes de Hardware e Funcionamento. Principais Periféricos e Dispositivos de Entrada e Saída. Unidades de Armazenamento. Memória. Conexões e Conectores. Operação	80
3. Software. Software Livre. Software Básico e Aplicativo. Utilitários. Sistemas Operacionais. Conceitos e Características ...	83
4. Ambientes Windows 10BR / 11BR e Linux: Conceitos e Características. Distribuições Linux. Versões de 32 e 64 Bits. Instalação. Pastas e Diretórios. Configuração e Utilização dos Recursos. Utilitários Padrão. Principais Comandos e Funções. Teclas de Função, Ícones e Atalhos de Teclado. Uso dos Recursos. Sistemas de Arquivos. Operações com Arquivos. Permissões e Segurança de Arquivos. Teclas de Função, Ícones e Atalhos de Teclado. Uso dos Recursos	84
5. Editores, Processadores de Texto, Planilhas, Softwares de Apresentação e Bancos de Dados: Conceitos e Características. Teclas de Função, Ícones e Atalhos de Teclado. Uso dos Recursos. Pacotes MS Office BR (Word, Excel, PowerPoint, Access – últimas versões	114
6. LibreOffice 24.8.2.1 ou superior (Writer, Calc, Impress, Base – 32 e 64 Bits). Edição e Formatação de Textos. Criação e Uso de Planilhas de Cálculo. Criação e Exibição de Apresentações de Slides. Noções Básicas de Bancos de Dados	132
7. Microsoft 365 em português: Conceitos e Características. Componentes. Instalação e Configuração. Teclas de Função, Ícones e Atalhos de Teclado. Uso dos Recursos.....	146
8. Segurança da Informação, de Equipamentos, de Sistemas, em Redes, na Internet e na Nuvem: Conceitos e Características. Pilares da Segurança. Vírus e Antivírus. Backup. Firewall. Criptografia. Cuidados Gerais.....	155
9. Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD).....	166
10. Redes de Computadores: Conceitos e Características. Meios de Transmissão. Conexões, Cabos e Conectores . Protocolos. Topologias. Tecnologias e Padrões. Redes Cabeadas e Wireless/Wi-Fi. Modelo de Referência OSI/ISSO. Arquitetura TCP/IP. Utilitários Básicos para Configuração e Verificação de Redes. Máscara de Rede/Sub-rede	179

11. Internet x Web: Conceitos e Características. Internet x Intranet x Extranet. Utilização de Ferramentas e Recursos . Navegadores (Edge, Google Chrome, Mozilla Firefox – versões de 32 e 64 Bits). Navegação. Sítios e Ferramentas de Busca e Pesquisa na Internet	187
12. Correio Eletrônico e Webmail. Softwares Mozilla Thunderbird e Outlook (versões de 32 e 64 Bits)	192
13. Redes Sociais e Computação em Nuvem: Conceitos e Características. Principais Redes e Serviços. Uso dos Recursos.....	199
14. Ferramentas Google: Gmail. Google Meet. Google Documentos. Google Planilhas. Google Drive. Google Agenda. Conceitos, Características e Uso dos Recursos	203
15. Microsoft Teams: Conceitos e Características. Uso dos Recursos.....	209

Ética

1. Conceitos Básicos de Ética; Definição de ética e moral	223
2. Ética, Filosofia e Educação	223
3. Ética e Vida Pública	226
4. Vida pública e esfera privada: o papel do Estado na educação	228
5. Democracia, cidadania e educação; Ética, Integridade e Cidadania na Educação	231
6. Cidadania no Brasil e o papel da escola	235
7. Serviço Público e desafios contemporâneos.....	236
8. Conduta ética no serviço público.....	240
9. Regras de conduta e profissionalismo; Profissionalismo, decoro e civilidade; Princípios fundamentais: probidade, honestidade, dignidade, decoro, zelo, eficácia, cortesia, respeito, lealdade.....	243
10. Deveres, vedações e responsabilidades do servidor público.....	246
11. Compromisso com o interesse público	248
12. Assiduidade, pontualidade e produtividade; Urbanidade e respeito no relacionamento com colegas e comunidade escolar.....	250
13. Legislação aplicada à ética no serviço público Constituição Federal de 1988.....	252
14. Lei nº 14.230/2021 (Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa)	270
15. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).....	277
16. Decretos regulamentadores e legislação municipal específica para educação	284
17. Políticas públicas para inclusão e equidade.....	284
18. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ética.....	287
19. Estatuto do Magistério Público Municipal – Lei Municipal nº 2.838/2012.....	288
20. Estatuto do Servidor	288

Conhecimentos Gerais sobre o Município

1. Origem da região de Arapiraca. Primeiras ocupações e início do povoamento. Evolução histórica e administrativa. Habitantes, conflitos, edificações, atividades econômicas	311
2. Situação atual: aspectos físicos e geográficos do Município: clima, relevo, população, localização (região e microrregião), área, limites municipais, distritos, características urbanas, atividades econômicas predominantes; Patrimônio natural, cultural, histórico e arquitetônico. Atrações turísticas, culturais e de lazer, datas comemorativas e destaques do Município; Personalidades históricas e contemporâneas; Posição do Município na divisão regional turística do Estado e sua classificação no Mapa.....	313
3. Aspectos e indicadores sociais, econômicos, educacionais e financeiros	317

4. Serviços municipais: Organização e estrutura administrativa organizacional básica da Prefeitura Municipal: órgãos de administração direta e indireta; Posição no contexto regional e relacionamento com os municípios vizinhos	321
5. Bandeira e hino do município	325
6. Lei Orgânica do Município	329

Conhecimentos Específicos

Assistente Administrativo Educacional

1. Informações gerais sobre o Município: dados históricos, geográficos e econômicos; localização, limites municipais, população, distritos, evolução administrativa. Datas comemorativas, manifestações culturais do Município, atrativos turísticos locais	359
2. Lei Orgânica do Município: Posição do Município na Federação brasileira. Características, princípios e fundamentos; conceitos de autonomia municipal; participação popular, competências comuns e privativas do Município. Símbolos Municipais. Organização municipal: administração direta e indireta. Poderes municipais: Executivo e Legislativo. Prefeito Municipal: posse, funções, atribuições, auxiliares diretos, deveres e responsabilidades, atos privativos e suas finalidades. Substituição e autorização para se ausentar do Município. Câmara Municipal: funções (legislativas, administrativas, fiscalizadoras e julgadoras), número de vereadores, composição. Instalação, funcionamento, organização. Conceitos básicos sobre Mesa Diretora, Plenário, bancada, legislatura, comissões, sessões (ordinárias, extraordinárias e solenes). Atos próprios da Câmara. Processo Legislativo. Iniciativa de Leis. Conselhos Municipais	359
3. Plano de cargos e carreiras dos servidores municipais de Arapiraca	386
4. Atos administrativos: Classificação e espécies, conceitos, conteúdos e utilização dos seguintes atos: apostila, ata, carta, certidão, correspondência interna, decreto, deliberação, despacho, exposição de motivos, instrução normativa, lei, lei complementar, mensagem, ofício, ofício circular, ordem de serviço, parecer, portaria, relatório, requerimento, resolução, regulamento	390
5. Documentação e Arquivo: Funções arquivísticas e seus atributos. Tipos de arquivos. Ciclo vital dos documentos de arquivo e suas fases: corrente, intermediária e permanente. Instrumentos técnicos de gestão: Plano de classificação de documentos - conceito, organização, métodos, objetivos e aplicação. Tabela de temporalidade: conceito e objetivos. Eliminação, transferência e recolhimento de documentos e respectivos procedimentos. Terminologia arquivística. Conhecimentos sobre documentos oficiais	401
6. Funções de protocolo e gerenciamento de documentos e processos: Conhecimentos sobre recepção, tramitação, distribuição, expedição, formação e andamento de processos: autuação, instrução, abertura e encerramento de volumes, anexação, juntada, apensação e desapensação, desentranhamento, desmembramento, acautelamento, encerramento, reabertura, extinção e reativação	403
7. Gestão de materiais e estoques: Conceitos, finalidade, atribuições. Procedimentos de recebimento, aceite, registro. Guarda e movimentação de materiais. Normatização e padronização de materiais, identificação, classificação e codificação. Métodos de controle de estoques e previsão de compras. Instalações, equipamentos e códigos de segurança das áreas de armazenamento	411
8. Processos administrativos. Órgãos responsáveis. Atividades de autuação, distribuição, controle do ciclo de tramitação, abertura e encerramento de volumes, juntada, desmembramento, encerramento, reconstituição e arquivamento	428

PORTUGUÊS

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem não-verbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada, especialmente em contextos de provas de concursos

públicos. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar um diálogo entre diferentes obras, épocas, autores e gêneros, tornando a literatura e outros tipos de textos mais dinâmicos e multifacetados.

Em provas de concursos públicos, questões de intertextualidade costumam explorar a capacidade do candidato de identificar essas referências e entender como elas influenciam o sentido do texto. A habilidade de reconhecer citações, alusões, paródias e outras formas de intertextualidade é, portanto, uma competência valiosa para quem busca se destacar em exames que avaliam a interpretação de textos.

► Exemplos Práticos de Intertextualidade

Para ilustrar como a intertextualidade se manifesta na prática, vejamos alguns exemplos:

▪ Um artigo jornalístico que menciona a frase “ser ou não ser, eis a questão” está fazendo uma referência à famosa obra “Hamlet”, de William Shakespeare. O uso dessa expressão enriquece o artigo ao trazer o peso filosófico da dúvida existencial presente na peça.

▪ Uma charge política que apresenta um político com o nariz crescendo faz uma intertextualidade com a história de “Pinóquio”, sugerindo que o político é mentiroso.

▪ Um romance que começa com a frase “Era uma vez” faz uma intertextualidade com os contos de fadas, estabelecendo desde o início uma conexão com o gênero literário que trabalha com histórias encantadas e fabulosas.

► Dicas para Identificar a Intertextualidade em Textos

▪ **Conhecimento prévio:** Quanto mais você conhecer diferentes obras, autores e contextos históricos, mais fácil será identificar as referências intertextuais.

▪ **Preste atenção a citações e alusões:** Fique atento a trechos que parecem ecoar outras obras ou expressões conhecidas.

▪ **Observe o tom e a intenção do autor:** Analise se a referência tem um caráter humorístico, crítico ou de homenagem. Isso ajuda a identificar se é uma paródia, citação, alusão, etc.

▪ **Leia com atenção os títulos e epígrafes:** Muitas vezes, os títulos de textos ou as frases introdutórias (epígrafes) trazem referências explícitas a outras obras.

Compreender a intertextualidade é fundamental para interpretar textos de maneira mais completa e aprofundada. Ao perceber o diálogo que um texto estabelece com outros, o leitor

consegue captar os múltiplos significados e enriquecer sua análise, o que é uma habilidade valiosa tanto para provas quanto para a leitura crítica em geral.

DICAS PARA UMA BOA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Desenvolver a habilidade de interpretação de textos é um diferencial importante para quem busca sucesso em concursos públicos, vestibulares e outros exames que avaliam competências em Língua Portuguesa. A interpretação vai além de simplesmente compreender o que está escrito; ela exige que o leitor extraia o sentido mais profundo, faça inferências e reconheça nuances e intenções do autor. Aqui estão algumas dicas práticas para aprimorar a sua interpretação de textos:

► Leia o Texto com Atenção e Sem Pressa

Muitas vezes, a ansiedade durante a leitura pode prejudicar a compreensão do texto. Por isso, é importante ler com calma, dedicando tempo para entender o que o autor está dizendo. Uma leitura cuidadosa ajuda a captar detalhes, identificar o tema central e evitar erros de interpretação. Se o texto for longo, divida-o em partes e faça uma leitura atenta de cada trecho.

► Identifique o Tema e a Ideia Principal

Após a leitura inicial, procure identificar qual é o tema do texto (o assunto sobre o qual ele trata) e a ideia principal (o ponto de vista ou mensagem que o autor deseja transmitir). Pergunte a si mesmo: “Sobre o que o autor está falando?” e “Qual é a mensagem central que ele quer passar?”. Ter clareza sobre o tema e a ideia principal é essencial para compreender o texto de forma global.

▪ **Dica:** Ao final de cada parágrafo, tente resumir em uma frase o que foi dito. Isso ajuda a manter o foco na ideia principal e a construir uma visão clara do texto como um todo.

► Faça Inferências

A interpretação de textos muitas vezes requer que o leitor vá além do que está explícito e faça inferências, ou seja, deduções baseadas nas informações fornecidas pelo texto. Para isso, é importante juntar pistas, palavras e contextos que o autor utiliza para chegar a conclusões não ditas diretamente. Uma boa prática é questionar: “O que o autor quer dizer com isso?” ou “Qual é a intenção por trás desta afirmação?”.

▪ **Exemplo:** Se um texto diz: “Ele olhou para o céu e pegou seu guarda-chuva”, você pode inferir que provavelmente vai chover, mesmo que o texto não diga isso diretamente.

► Preste Atenção a Palavras-Chave e Conectores

As palavras-chave e os conectores (como “portanto”, “porém”, “assim”, “no entanto”, “além disso”) ajudam a entender a lógica e o raciocínio do texto. Elas indicam como as ideias estão conectadas, se há uma relação de causa e efeito, oposição ou conclusão. Identificar essas palavras é fundamental para captar a estrutura do texto e entender a linha de pensamento do autor.

▪ **Dica:** Sublinhe ou destaque as palavras-chave e conectores durante a leitura. Isso ajuda a visualizar a organização do texto e a compreender as relações entre as ideias.

► **Entenda o Contexto**

Todo texto está inserido em um contexto, que pode ser histórico, cultural, social ou ideológico. Conhecer esse contexto é essencial para interpretar corretamente o que o autor quer transmitir. Pesquise sobre o período em que o texto foi escrito, o perfil do autor ou os eventos que influenciaram a obra. Isso pode oferecer insights valiosos sobre as intenções do autor e o significado do texto.

▪ **Exemplo:** Um texto produzido durante um período de guerra pode refletir ideias e valores diferentes de um texto escrito em tempos de paz, e esse contexto é importante para interpretar a mensagem corretamente.

► **Análise o Gênero e a Estrutura do Texto**

Cada tipo de texto tem características próprias, e conhecê-las ajuda a interpretar a mensagem. Um poema, uma crônica, uma notícia, um artigo científico ou uma propaganda têm estruturas, linguagens e objetivos diferentes. Ao identificar o gênero do texto, o leitor consegue ajustar sua interpretação e compreender melhor o que o autor pretende.

▪ **Dica:** Pergunte-se: “Este texto é informativo, argumentativo, narrativo ou descritivo?” Entender o propósito do texto facilita a interpretação.

► **Questione o Texto**

Uma leitura crítica e reflexiva é fundamental para uma boa interpretação. Faça perguntas ao longo da leitura: “Por que o autor usou este termo?”, “O que ele quer me convencer?”, “Existe alguma contradição aqui?”, “O autor tem um posicionamento ou opinião?”. Ao questionar o texto, você desenvolve uma interpretação mais aprofundada e se torna um leitor mais ativo.

► **Utilize Conhecimentos Prévios**

Nossa bagagem cultural, conhecimentos adquiridos em outras leituras e experiências de vida enriquecem a interpretação de um texto. Muitas vezes, a compreensão de intertextualidades, referências históricas ou sociais depende do que já sabemos. Portanto, relacionar o que você está lendo com outros textos, experiências e conhecimentos prévios facilita a interpretação.

Exemplo: Ao ler uma alusão a “Ulisses” em um texto contemporâneo, seu conhecimento sobre a “Odisseia” de Homero poderá oferecer um significado adicional ao que está sendo lido.

► **Releia o Texto, se Necessário**

Se após a primeira leitura você não conseguiu compreender plenamente o texto, não hesite em reler. A releitura permite captar detalhes que passaram despercebidos e ajuda a entender melhor as ideias do autor. Muitas vezes, uma segunda ou terceira leitura revela nuances e elementos essenciais para a interpretação.

► **Faça Anotações e Resumos**

Ao ler um texto, faça anotações das ideias principais, argumentos do autor, palavras-chave e sua interpretação pessoal. Elaborar resumos do que foi lido ajuda a fixar o conteúdo e a estruturar a compreensão do texto, facilitando a interpretação e a revisão posterior.

A interpretação de textos é uma habilidade que se desenvolve com prática, atenção e reflexão. Seguindo essas dicas, você estará mais preparado para enfrentar questões de interpretação em provas de concursos públicos e exames, aumentando sua capacidade de compreender e interpretar textos de forma crítica e eficaz. Lembre-se de que a interpretação é um processo dinâmico e exige que o leitor seja um agente ativo na construção do sentido do texto.

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO: DESCRITIVO, NARRATIVO, ARGUMENTATIVO, INJUNTIVO, EXPOSITIVO E DISSERTATIVO

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► **Tipo Textual Descritivo**

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

▪ **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cartões, biografias, manuais e relatos de viagem.

► **Tipo Textual Injuntivo**

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

MODALIDADES DE PROCESSAMENTO

O estudo das modalidades de processamento em informática é essencial para a compreensão do funcionamento dos sistemas computacionais. Em concursos públicos, questões relacionadas a esse tema frequentemente aparecem em provas de diversas bancas, como FCC, Vunesp e FGV. Entender as diferenças, vantagens e desvantagens de cada modalidade permite que o candidato analise cenários computacionais e escolha a melhor solução de processamento.

Modalidades de Processamento:

1. Processamento em Lote

O processamento em lote (ou batch processing) é uma modalidade em que os dados são acumulados e processados em um momento específico, sem interação direta do usuário durante a execução. Esse método é amplamente utilizado em tarefas que não requerem resultados imediatos.

Funcionamento

- Dados são agrupados em lotes com características semelhantes.
- Esses lotes são processados em horários predeterminados ou quando o sistema está menos ocupado.
- **Exemplos:** geração de folhas de pagamento, relatórios financeiros e processamento de transações bancárias.

Vantagens

- Eficiência no uso de recursos, pois o processamento é planejado.
- Boa performance para tarefas repetitivas e previsíveis.
- Redução de custos operacionais, especialmente em sistemas antigos.

Desvantagens

- Não atende a tarefas que exigem resposta imediata.
- Alterações no lote durante o processamento podem ser complicadas.

O tempo de espera pode ser longo.

Exemplo Prático

Processamento de dados em grandes empresas, como operadoras de telefonia, que acumulam informações dos clientes durante o dia e processam tudo de madrugada.

2. Processamento em Tempo Real

O processamento em tempo real é caracterizado pela capacidade de o sistema responder rapidamente a eventos externos, geralmente em questão de milissegundos. É ideal para sistemas críticos que não podem tolerar atrasos.

Características Principais

- Operação contínua com resposta imediata.
- Utilizado em sistemas que requerem alta disponibilidade e baixa latência.

Diferenças em Relação ao Processamento em Lote

Enquanto o processamento em lote trabalha com grandes volumes de dados em períodos específicos, o processamento em tempo real reage a eventos conforme eles ocorrem.

Aplicações Comuns

- Controle de tráfego aéreo.
- Sistemas de monitoramento médico.
- Plataformas de negociação em bolsas de valores.

Exemplo Prático

Um sistema de alarme que reage instantaneamente à detecção de um intruso.

3. Processamento Online

O processamento online é utilizado para operações que necessitam de interação imediata com o sistema, mas que não exigem a mesma velocidade do tempo real. Ele é amplamente empregado em atividades cotidianas que envolvem acesso a sistemas informatizados.

Definição e Funcionamento

- Envolve o acesso direto a bancos de dados e sistemas em rede.
- Permite a interação contínua do usuário com o sistema.

Exemplos no Cotidiano

- Internet banking.
- Compras online.
- Atualização de informações em sistemas de ERP (Enterprise Resource Planning).

Comparação com Outras Modalidades

Difere do processamento em lote pela capacidade de interação direta e do processamento em tempo real pela menor exigência de resposta imediata.

4. Processamento Distribuído

O processamento distribuído utiliza múltiplos computadores para executar tarefas de forma coordenada. Ele é amplamente usado em sistemas que lidam com grandes volumes de dados ou que requerem alta disponibilidade.

Conceito Básico

- Os dados e tarefas são divididos entre diferentes máquinas conectadas por uma rede.
- Cada máquina executa uma parte do trabalho e, no final, os resultados são consolidados.

Benefícios

- Escalabilidade:** é fácil adicionar mais máquinas ao sistema.
- Alta disponibilidade:** se um nó falhar, o sistema pode continuar funcionando.

Desafios

- Coordenação entre máquinas pode ser complexa.
- Depende de uma boa infraestrutura de rede.

Exemplo em Sistemas Modernos

Plataformas de streaming, como Netflix, que distribuem o processamento de vídeos entre servidores em diferentes locais.

5. Processamento Paralelo

O processamento paralelo envolve a execução simultânea de múltiplas partes de uma tarefa, geralmente em um único computador com múltiplos processadores ou núcleos.

Funcionamento

- Divisão de uma tarefa em partes menores que são processadas simultaneamente.
- Requer hardware e software projetados para esse tipo de operação.

Uso em Contextos de Alta Demanda

- Simulações científicas.
- Análise de Big Data.
- Computação gráfica e jogos.

Diferenças Entre Processamento Paralelo e Distribuído

- No processamento paralelo, as tarefas são executadas em um único sistema com múltiplos núcleos.
- No processamento distribuído, as tarefas são divididas entre sistemas diferentes conectados por uma rede.

Comparação Geral das Modalidades

A tabela a seguir resume as principais diferenças entre as modalidades de processamento:

Modalidade	Interação Direta	Tempo de Resposta	Exemplo de Uso
Processamento em Lote	Não	Longo	Geração de folha de pagamento
Processamento em Tempo Real	Não	Imediato	Controle de tráfego aéreo
Processamento Online	Sim	Moderado	Compras online
Processamento Distribuído	Não	Variável	Plataformas de streaming
Processamento Paralelo	Não	Rápido	Simulações científicas

ORGANIZAÇÃO E ARQUITETURA DE COMPUTADORES. CONCEITOS. TIPOS E CARACTERÍSTICAS. COMPONENTES DE HARDWARE E FUNCIONAMENTO. PRINCIPAIS PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA. UNIDADES DE ARMAZENAMENTO. MEMÓRIA. CONEXÕES E CONECTORES. OPERAÇÃO

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

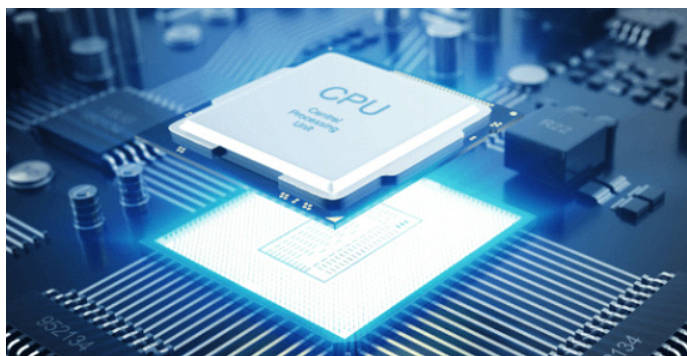
Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

Placas de vídeo

São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

Memória ROM

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

Memória cache

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

Barramentos

Os barramentos são componentes críticos em computadores que facilitam a comunicação entre diferentes partes do sistema, como a CPU, a memória e os dispositivos periféricos. Eles são canais de comunicação que suportam a transferência de dados. Existem vários tipos de barramentos, incluindo:

- **Barramento de Dados:** Transmite dados entre a CPU, a memória e outros componentes.
- **Barramento de Endereço:** Determina o local de memória a partir do qual os dados devem ser lidos ou para o qual devem ser escritos.
- **Barramento de Controle:** Carrega sinais de controle que dirigem as operações de outros componentes.

Periféricos de entrada, saída e armazenamento

São dispositivos externos que se conectam ao computador para adicionar funcionalidades ou capacidades. São classificados em:

- **Periféricos de entrada:** Dispositivos que permitem ao usuário inserir dados no computador, como teclados, mouses, scanners e microfones.



Periféricos de entrada

- **Periféricos de saída:** Dispositivos que permitem ao computador transmitir dados para o usuário, como monitores, impressoras e alto-falantes.

ÉTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE ÉTICA; DEFINIÇÃO DE ÉTICA E MORAL

Os conceitos fundamentais da existência humana são ética, moral e condição humana.

A ética é uma área filosófica que estuda princípios morais que moldam o comportamento humano, visando compreender o que é bom e ruim, o que é certo e errado, e como agir em diferentes situações.

A ética descritiva e normativa tem como foco compreender como as pessoas realmente agem e o que consideram moralmente correto. Relatividade moral e absoluto são duas teorias éticas diferentes.

Existem vários princípios éticos, como o utilitarismo, a deontologia, a virtude e a ética do cuidado. Essas teorias propõem diferentes princípios para orientar o comportamento humano, como o utilitarismo, a deontologia, a virtude e a ética do cuidado. Os dilemas éticos são situações complexas em que os princípios éticos podem entrar em conflito, dificultando a determinação de ações moralmente corretas.

A ética profissional possui códigos de ética que estabelecem padrões de comportamento para seus membros, especialmente em áreas como medicina, advocacia e jornalismo. Já a ética ambiental tem como foco a relação entre o ser humano e o meio ambiente, promovendo a responsabilidade e a sustentabilidade. A responsabilidade ética envolve a ideia de que indivíduos e organizações têm a responsabilidade de agir eticamente e considerar o impacto de suas ações na sociedade.

É um campo complexo e com diferentes perspectivas sobre o que é ético em situações específicas. O estudo da ética é fundamental para promover reflexão e decisões morais informadas, ajudando a criar sociedades mais justas e compassivas.

As normas culturais podem variar significativamente, levando a questionamentos sobre o respeito à diversidade cultural, mantendo princípios éticos fundamentais.

Moral é o conjunto de valores e normas que regem a conduta de uma pessoa ou grupo social, influenciados por fatores como religião, cultura, educação e família.

Alguns dos valores morais mais importantes incluem: o respeito à vida, justiça, liberdade, igualdade, honestidade e compaixão. Os valores morais, partilhados pela sociedade, criam um sentido de ordem e coesão social.

A condição humana é o conjunto de características e atributos que definem o ser humano, determinada por fatores biológicos, psicológicos e sociais. Alguns aspectos importantes da condição humana são a capacidade de pensar, sentir emoções, comunicar, criar e amar.

Relação entre elas:

Ética, moral e condição humana estão interligadas, sendo a ética o estudo dos princípios morais que norteiam a conduta humana, sendo a moral o conjunto de valores e normas que regem essa conduta.

A condição humana é o contexto em que a ética e a moral se desenvolvem. É a nossa capacidade de pensar, sentir, comunicar, criar e amar que nos permite desenvolver valores morais e agir eticamente.

Por exemplo, o valor moral de respeitar a vida baseia-se na nossa capacidade de sentir empatia pelos outros e reconhecer a sua dignidade.

O valor moral da justiça baseia-se no nosso pensamento crítico e na identificação do que é justo e do que é injusto.

Já o valor moral da liberdade é baseado na nossa capacidade de escolher os nossos próprios caminhos e viver de acordo com os nossos valores.

A ética e a moral são fundamentais para a vida humana, ajudando-nos a viver de maneira harmoniosa e justa em sociedade, além de realizar nosso potencial como seres humanos.

ÉTICA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

A relação entre filosofia e educação é profunda, histórica e essencial para compreender o papel da formação humana na sociedade. Desde os primórdios da filosofia ocidental, os grandes pensadores se dedicaram a refletir sobre os processos de ensinar, aprender e formar o cidadão. A educação, enquanto prática social, não se limita à mera transmissão de conteúdos, mas envolve uma dimensão ética, política e existencial, que é precisamente o campo de atuação da filosofia.

A filosofia da educação surge, portanto, como uma disciplina que busca compreender os fundamentos, os objetivos e os métodos da prática educativa a partir de uma análise crítica e reflexiva.

A filosofia é, por excelência, o campo do questionamento. Ela interroga os sentidos, os valores e as finalidades das ações humanas, incluindo a ação educativa. Perguntas como “o que é educar?”, “qual é o papel do educador?”, “quais são os fins da educação?” ou “que tipo de cidadão queremos formar?” são questões filosóficas que exigem reflexão profunda. Nesse sentido, a filosofia não fornece respostas prontas, mas propicia o desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente, avaliar argumentos e considerar diferentes perspectivas.

Ao longo da história, diferentes concepções filosóficas influenciaram os modelos pedagógicos. Na Grécia Antiga, por exemplo, Platão via a educação como um meio de alcançar o mundo das ideias, defendendo uma formação voltada para a

alma e para a justiça. Aristóteles, por sua vez, via a educação como instrumento de formação da virtude e do bom cidadão, atrelando-a à prática política. Já no período moderno, pensadores como Rousseau e Kant propuseram visões de educação centradas na liberdade e na autonomia, colocando o sujeito no centro do processo educativo.

Essas concepções moldaram diferentes práticas pedagógicas ao longo do tempo. Por exemplo, uma educação inspirada no ideal socrático valoriza o diálogo, a problematização e o auto-conhecimento. Já uma educação influenciada pelo pensamento iluminista enfatiza a razão, a ciência e a liberdade como elementos fundamentais para a emancipação do indivíduo. Em contextos contemporâneos, a filosofia da educação continua a debater temas como a justiça social, a equidade, o papel da escola e o impacto das tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem.

Importante destacar que a filosofia da educação não é apenas teórica, mas tem implicações práticas significativas. Ela serve como uma lente crítica para analisar políticas educacionais, práticas escolares e currículos, questionando se essas ações estão promovendo uma educação humanizadora, democrática e ética. Além disso, auxilia os educadores a refletirem sobre sua prática pedagógica, suas crenças e seus valores, incentivando uma postura de constante aprimoramento e compromisso com o desenvolvimento integral dos alunos.

Por fim, é essencial compreender que a filosofia e a educação compartilham um mesmo horizonte: o da formação humana. Ambas se preocupam com a construção de sujeitos autônomos, conscientes e capazes de agir no mundo de forma ética e responsável. Nesse sentido, a filosofia da educação cumpre um papel indispensável na promoção de uma escola que não apenas instrui, mas forma cidadãos críticos e engajados com os desafios do seu tempo.

ÉTICA COMO FUNDAMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA

A ética ocupa um lugar central na prática educativa, pois está diretamente ligada à formação de valores, atitudes e comportamentos. Educar não é apenas instruir, transmitir conteúdos ou desenvolver habilidades técnicas; é também, e principalmente, formar seres humanos capazes de viver em sociedade de maneira justa, respeitosa e responsável. A ação educativa é, por natureza, uma ação ética, pois envolve relações humanas, escolhas morais e consequências para o bem comum.

A palavra “ética” deriva do grego “ethos”, que significa modo de ser ou caráter. Refere-se ao conjunto de princípios que orientam a conduta humana, ajudando a distinguir o certo do errado, o justo do injusto. Diferente da moral, que se refere aos costumes e normas específicas de uma cultura, a ética tem um caráter mais reflexivo e universal, propondo-se a avaliar criticamente os valores morais estabelecidos. Na prática educativa, essa distinção é fundamental, pois permite que o educador não apenas transmita regras, mas incentive a reflexão sobre elas.

Diferentes correntes éticas oferecem bases teóricas para pensar a educação. A ética das virtudes, com raízes em Aristóteles, valoriza o desenvolvimento do caráter e das disposições morais como a honestidade, a coragem e a justiça. Esse enfoque é especialmente importante na infância e adolescência, fases de formação do hábito e da personalidade. Já a ética do dever, ou deontológica, representada por Kant, enfatiza a ação baseada em princípios universais e no respeito à dignidade

humana, independentemente das consequências. Essa perspectiva se alinha a uma visão educacional que valoriza o respeito mútuo e a autonomia. Por fim, a ética consequencialista, como o utilitarismo, avalia as ações com base em seus resultados, o que leva a uma reflexão sobre os efeitos das práticas educativas na vida dos alunos e da sociedade.

No contexto escolar, a ética deve se manifestar em todas as dimensões da convivência. Isso inclui o relacionamento entre professores e alunos, a gestão da disciplina, a resolução de conflitos, a aplicação de avaliações e o respeito à diversidade. Um ambiente escolar eticamente orientado é aquele que promove a escuta, o diálogo, a empatia e a cooperação. Nesse sentido, o professor deixa de ser apenas um transmissor de conhecimentos para assumir também o papel de mediador moral e exemplo de conduta.

Além disso, a ética na educação está relacionada à justiça social. Isso implica refletir sobre a equidade no acesso ao conhecimento, o respeito às diferenças culturais e individuais, e o compromisso com a inclusão e os direitos humanos. A escola deve ser um espaço onde todos possam se desenvolver integralmente, superando barreiras e preconceitos. A ética, nesse caso, torna-se um instrumento de transformação social, capaz de combater a discriminação, o autoritarismo e a exclusão.

Outro aspecto importante é a formação ética do próprio educador. Para agir eticamente, é necessário que o professor também se conheça, reflita sobre seus valores, reconheça seus limites e esteja disposto a aprender continuamente. A ética profissional exige compromisso com a verdade, com a justiça e com o bem-estar dos educandos, o que demanda uma postura crítica diante das políticas educacionais, das práticas institucionais e das próprias escolhas pedagógicas.

A ética como fundamento da ação educativa não é um adereço, mas uma exigência essencial. Sem ela, a educação perde seu sentido mais profundo, que é o de formar pessoas capazes de conviver, cooperar e construir um mundo mais justo e humano. Educar eticamente é, portanto, contribuir para a formação de consciências livres, sensíveis e comprometidas com o bem comum.

INTERSEÇÕES ENTRE ÉTICA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

As interseções entre ética, filosofia e educação formam um campo fecundo de reflexão e prática, no qual o ser humano é concebido em sua totalidade – como sujeito racional, ético e social. Essa convergência não é meramente teórica, mas possui implicações concretas na formação de indivíduos críticos, conscientes de seus valores e capazes de agir com responsabilidade no mundo.

A compreensão integrada dessas três dimensões permite resgatar a essência da educação como uma prática voltada para o florescimento humano, e não apenas para o adestramento técnico ou a preparação para o mercado.

A filosofia, enquanto exercício do pensamento crítico e questionador, oferece as bases para que a educação se torne um processo de emancipação. Ela ensina a duvidar, a argumentar, a confrontar ideias e a buscar coerência entre princípios e ações. Nesse movimento, surge naturalmente a ética, como campo de reflexão sobre as escolhas humanas. A ética, por sua vez, fornece critérios para avaliar essas escolhas à luz do bem comum, da justiça e da dignidade. Assim, filosofia e ética atuam

como fundamentos teóricos que orientam a prática educativa para além da simples instrução, configurando-a como uma atividade comprometida com a formação moral e intelectual dos educandos.

No cotidiano escolar, essa articulação se manifesta em diversas formas. Por exemplo, o desenvolvimento do pensamento crítico – objetivo comum à filosofia e à educação – exige que o estudante seja exposto a dilemas éticos, a diferentes perspectivas morais e a situações que desafiem sua compreensão do mundo. O espaço da sala de aula pode, e deve, ser um lugar onde valores são debatidos, onde o respeito à diversidade é cultivado, e onde a autonomia de pensamento é estimulada. Nesse contexto, o papel do educador é fundamental como facilitador desses processos, criando condições para o diálogo, o confronto de ideias e a reflexão ética.

Outro ponto de convergência entre essas áreas é o ensino de valores no currículo escolar. A educação axiológica, ou seja, a educação voltada à formação de valores, tem sido tema recorrente em debates pedagógicos contemporâneos. Embora muitas vezes marginalizada por abordagens mais tecnicistas, essa dimensão é imprescindível para a construção de uma sociedade democrática e solidária. A filosofia ajuda a problematizar os valores dominantes e a ética contribui com a reflexão sobre a validade e a aplicabilidade desses valores em contextos diversos. Assim, educar eticamente é também educar filosoficamente, pois ambas implicam uma atitude de questionamento e comprometimento com a formação de juízos morais autônomos.

Os desafios contemporâneos acentuam ainda mais a necessidade dessa intersecção. A globalização, o avanço das tecnologias, as transformações sociais e o pluralismo cultural colocam novos dilemas éticos e exigem uma formação mais complexa e crítica. A educação, diante desses desafios, deve ser capaz de formar sujeitos capazes de lidar com a diversidade, com a ambiguidade e com os conflitos morais de maneira reflexiva. A filosofia oferece ferramentas conceituais para compreender essas mudanças e a ética fornece princípios orientadores para agir de maneira justa e responsável. Essa sinergia, portanto, é indispensável para uma educação que queira responder às exigências do século XXI.

Por fim, é importante reconhecer que a integração entre ética, filosofia e educação não se limita à escola. Trata-se de um projeto social mais amplo, que envolve famílias, comunidades e instituições diversas. A construção de uma cultura ética e filosófica passa pela valorização do diálogo, da escuta ativa, da empatia e da responsabilidade coletiva. Nesse sentido, a educação não é apenas um direito, mas também um dever ético da sociedade com as novas gerações.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PARA EDUCADORES

A integração entre ética, filosofia e educação traz desdobramentos concretos e significativos para a prática docente. Longe de se limitar a conceitos abstratos, essa articulação se manifesta nas atitudes, decisões e relações cotidianas dentro do ambiente escolar. O educador, nesse contexto, assume um papel que ultrapassa a função de transmissor de conteúdos, tornando-se agente formador de consciências críticas e promotor de valores democráticos. Isso exige uma postura reflexiva, ética e filosoficamente comprometida com a formação integral dos educandos.

A primeira implicação prática reside na necessidade de incorporar a reflexão ética nas atividades pedagógicas. Isso pode ocorrer por meio da abordagem de dilemas morais, da análise de situações do cotidiano e da promoção de debates que estimulem os alunos a considerar diferentes pontos de vista. Disciplinas como filosofia, história e literatura são especialmente propícias para esse tipo de abordagem, mas qualquer componente curricular pode e deve contribuir para a formação ética. O mais importante é que o professor esteja atento às oportunidades educativas que surgem espontaneamente no dia a dia da sala de aula, como conflitos entre colegas, atitudes de intolerância ou decisões que envolvam justiça e responsabilidade.

Outro aspecto fundamental é o papel do professor como exemplo moral. Mais do que falar sobre ética, o educador ensina eticamente ao agir com coerência, empatia e respeito. Isso inclui atitudes simples, como escutar os alunos com atenção, reconhecer os próprios erros, agir com imparcialidade nas avaliações e valorizar o esforço individual. A ética se aprende pela convivência e pela observação dos modelos que estão ao redor. Por isso, o comportamento do educador tem um impacto formativo profundo, muitas vezes mais relevante do que qualquer conteúdo explícito.

A filosofia, por sua vez, convida o educador a manter uma postura de abertura ao questionamento e à dúvida. Isso implica reconhecer que o conhecimento é dinâmico, que os alunos têm voz e que o diálogo é uma ferramenta essencial para o processo de aprendizagem. O professor filosoficamente orientado estimula seus alunos a pensar por si mesmos, a formular perguntas significativas e a argumentar com clareza e respeito. Essa prática favorece o desenvolvimento da autonomia intelectual e da consciência crítica, elementos centrais para uma formação cidadã.

Além disso, é fundamental que os educadores participem de processos contínuos de formação ética e filosófica. A prática pedagógica exige constante atualização e reflexão. Cursos, grupos de estudo, leituras e debates são recursos importantes para que o professor possa repensar sua atuação à luz de novos desafios. A ética profissional também exige vigilância constante, especialmente em contextos marcados por desigualdades, violência simbólica ou pressões institucionais. O compromisso com a ética não é estático, mas exige decisões conscientes em situações complexas e ambíguas.

Outro ponto importante diz respeito à construção de uma cultura escolar baseada em valores compartilhados. Isso significa criar um ambiente onde a convivência seja pautada pelo respeito mútuo, pela solidariedade e pela justiça. Para isso, é necessário que toda a equipe escolar – professores, gestores, funcionários e comunidade – esteja alinhada em torno de um projeto educativo comum. A gestão escolar deve apoiar ações voltadas para a formação ética, criando espaços de escuta, incentivando projetos interdisciplinares e valorizando práticas inclusivas e democráticas.

Por fim, é preciso reconhecer que as implicações práticas para os educadores não se limitam à esfera da sala de aula. O professor também é cidadão, e sua atuação no espaço público, em sindicatos, fóruns educacionais e debates sociais, é parte integrante de sua responsabilidade ética. Defender políticas públicas de qualidade, lutar por condições dignas de trabalho e promover o acesso igualitário à educação são expressões do compromisso ético com a transformação da realidade.

As implicações práticas da ética e da filosofia na educação exigem do educador um olhar atento, uma escuta sensível e uma ação intencionalmente formativa. Educar é um ato ético por excelência, e sua efetividade depende do compromisso cotidiano com a justiça, a liberdade e a dignidade humana.

ÉTICA E VIDA PÚBLICA

FUNDAMENTOS DA ÉTICA

A ética é uma das bases fundamentais das relações humanas, especialmente quando se trata da vida em sociedade. Trata-se de um ramo da filosofia que busca compreender o que é considerado certo ou errado, justo ou injusto, bom ou mau, a partir de princípios que orientam o comportamento individual e coletivo. Ao tratar dos fundamentos da ética, é essencial compreender suas origens conceituais, sua relação com a moral e os valores, bem como as principais correntes filosóficas que ajudaram a moldar sua compreensão ao longo da história. A ética não se limita a regras fixas; ela se desdobra conforme o contexto, as culturas e os dilemas morais enfrentados em cada época e sociedade.

A distinção entre ética, moral e valores é um dos primeiros passos para a compreensão clara do tema. A moral pode ser entendida como o conjunto de normas e costumes vigentes em uma determinada sociedade, que regulam o comportamento dos indivíduos conforme aquilo que é socialmente aceito. Já os valores dizem respeito às convicções e ideais que orientam nossas decisões, como a honestidade, o respeito, a responsabilidade e a justiça. A ética, por sua vez, é uma reflexão crítica e racional sobre essas normas e valores, buscando compreender por que agimos de determinada forma e quais fundamentos justificam nossas escolhas. Portanto, enquanto a moral tem um caráter mais prático e normativo, a ética possui um caráter mais reflexivo e analítico.

Dentro da tradição filosófica ocidental, diferentes correntes éticas foram desenvolvidas para responder aos dilemas morais enfrentados pelos seres humanos. Entre as mais influentes, podemos destacar a ética das virtudes, a ética deontológica e a ética utilitarista. A ética das virtudes, originada em Aristóteles, valoriza o caráter do indivíduo e a busca pela excelência moral por meio da prática contínua das virtudes, como coragem, temperança e justiça. Para Aristóteles, a ética está ligada à finalidade última do ser humano, que é alcançar a felicidade (eudaimonia) por meio da vida virtuosa.

Por outro lado, a ética deontológica, desenvolvida principalmente por Immanuel Kant, baseia-se na ideia de dever e na racionalidade moral. Para Kant, as ações são eticamente corretas quando seguem princípios universais que podem ser adotados por todos, independentemente das consequências. Assim, uma ação é moralmente válida se puder ser transformada em uma máxima universal, como “não mentir” ou “cumprir promessas”, independentemente de seus efeitos imediatos. O foco aqui está na intenção e no cumprimento do dever, não nos resultados.

Em contrapartida, a ética utilitarista, representada por pensadores como Jeremy Bentham e John Stuart Mill, enfatiza as consequências das ações. Nessa perspectiva, o critério moral é a utilidade, ou seja, o maior bem para o maior número de pessoas. A avaliação ética ocorre a partir dos resultados, e uma ação é considerada correta se promover felicidade ou bem-estar

coletivo. Essa abordagem tem sido largamente aplicada em decisões de políticas públicas, onde se busca o equilíbrio entre custos e benefícios para a sociedade.

No contexto social atual, a ética se manifesta na forma como lidamos com dilemas cotidianos, sejam eles pessoais, profissionais ou públicos. A ética aplicada, como ramo específico do pensamento ético, dedica-se a analisar situações concretas em áreas como a bioética, a ética ambiental, a ética empresarial e a ética na administração pública. Nesses contextos, surgem discussões importantes sobre responsabilidade social, justiça distributiva, sustentabilidade, entre outros temas contemporâneos que exigem uma postura ética fundamentada em princípios claros e coerentes.

Compreender os fundamentos da ética é, portanto, essencial para qualquer cidadão que deseje atuar de forma consciente, justa e responsável na vida social. Ao analisar criticamente os princípios que orientam nossas ações e os impactos que elas geram nos outros, a ética nos convida a assumir uma postura mais reflexiva, sensível e comprometida com o bem comum. Em uma sociedade cada vez mais complexa e interdependente, esse tipo de reflexão não é apenas desejável, mas indispensável.

ÉTICA NA ESFERA PÚBLICA

A ética na esfera pública ocupa um lugar de destaque no debate sobre o papel do Estado, dos agentes públicos e da relação entre poder e cidadania. Trata-se da aplicação dos princípios éticos ao exercício da função pública, com ênfase na integridade, no respeito ao interesse coletivo e na responsabilidade na condução dos assuntos públicos. Dada a natureza da vida pública, onde decisões afetam o bem-estar de toda a sociedade, os padrões éticos exigidos de quem ocupa cargos públicos são particularmente rigorosos. A ausência desses padrões pode comprometer a legitimidade das instituições, minar a confiança dos cidadãos e ampliar as desigualdades sociais.

A ética pública está intimamente ligada ao conceito de integridade, que se refere à coerência entre valores, ações e responsabilidades. Um agente público ético é aquele que atua de forma transparente, imparcial e comprometida com os interesses da coletividade, e não com ganhos pessoais ou favorecimentos indevidos. A integridade na administração pública exige que as decisões e comportamentos estejam orientados por princípios como legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Esses princípios, inclusive, são previstos no ordenamento jurídico brasileiro e devem ser observados como fundamentos da boa governança.

Dentre os valores essenciais à vida pública, destacam-se a transparência, que permite o acesso às informações e o controle social das ações governamentais; a responsabilidade, que implica assumir as consequências dos próprios atos; a legalidade, que exige o cumprimento estrito das normas jurídicas; a impessoalidade, que proíbe favorecimentos com base em interesses privados; e a justiça, que deve nortear todas as decisões com impacto coletivo. Esses valores são não apenas desejáveis, mas necessários para garantir uma gestão pública ética, eficiente e orientada para o bem comum.

Contudo, os desafios éticos na esfera pública são numerosos. Um dos principais é o conflito entre interesses públicos e privados, que frequentemente resulta em práticas como o nepotismo, o clientelismo, a corrupção e o uso indevido de recursos

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO

ORIGEM DA REGIÃO DE ARAPIRACA. PRIMEIRAS OCUPAÇÕES E INÍCIO DO POVOAMENTO. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ADMINISTRATIVA. HABITANTES, CONFLITOS, EDIFICAÇÕES, ATIVIDADES ECONÔMICAS

ORIGEM E PRIMEIRAS OCUPAÇÕES DO TERRITÓRIO

A origem do território onde hoje se localiza Arapiraca remonta ao período colonial, ainda no século XIX, quando as terras eram cobertas por extensas áreas de mata e utilizadas de forma dispersa por caçadores, criadores e pequenos agricultores. A denominação “Arapiraca” tem origem indígena e está ligada à existência de uma árvore da espécie conhecida como “arapiraca”, que teria servido de abrigo para os primeiros habitantes e referência geográfica para os que cruzavam a região. Assim, o nome passou a designar o lugar de forma natural.

As primeiras ocupações permanentes ocorreram com a chegada de famílias que buscavam novas áreas para exploração agrícola, especialmente no contexto da interiorização da economia nordestina, marcada pela decadência do ciclo da cana-de-açúcar no litoral e a busca por alternativas no interior. Inicialmente, o cultivo de subsistência, como mandioca, feijão e milho, era a principal atividade agrícola. Esses pequenos núcleos de ocupação formavam os primeiros alicerces da futura cidade.

A configuração inicial do território era caracterizada por propriedades familiares com produção voltada principalmente para o consumo interno. Os recursos naturais disponíveis, como a fertilidade do solo e a presença de fontes de água, contribuíram para a fixação dos primeiros moradores, que passaram a desenvolver práticas agrícolas rudimentares. A ausência de grandes centros urbanos por perto e a distância do litoral permitiram que a cultura local se formasse com forte identidade sertaneja, enraizada nas tradições nordestinas.

A mobilidade dos primeiros habitantes também foi influenciada pelas rotas de tropeiros e pelo comércio entre regiões vizinhas, o que proporcionou trocas de produtos e saberes culturais. Com o passar dos anos, a ocupação foi se tornando mais densa, dando origem a pequenas aglomerações em torno de pontos estratégicos, como caminhos naturais, nascentes e, posteriormente, edificações religiosas. Esses elementos serviram como eixos estruturadores do povoamento inicial de Arapiraca.

INÍCIO DO POVOAMENTO E FORMAÇÃO URBANA

O início do povoamento efetivo de Arapiraca ocorreu na segunda metade do século XIX, quando famílias vindas de outras regiões de Alagoas e estados vizinhos fixaram residência em busca de terras férteis e oportunidades de sobrevivência no interior. A presença de recursos naturais e a localização estratégica entre o litoral e o sertão favoreceram esse processo. As terras

de Arapiraca eram especialmente atrativas para a agricultura de subsistência, o que permitiu a fixação de pequenos agricultores que logo formaram os primeiros agrupamentos humanos.

Um marco simbólico e organizador do espaço urbano foi a construção da capela de Nossa Senhora do Bom Conselho, em 1864. A devoção à santa atraiu fiéis de áreas vizinhas e transformou o local em ponto de convergência social, religiosa e comercial. Essa dinâmica é recorrente na formação de cidades do Nordeste, onde os templos religiosos não apenas satisfaziam a necessidade espiritual, mas também desempenhavam papel central na constituição da identidade comunitária e no delineamento urbano inicial.

A partir da construção da capela, casas começaram a surgir ao seu redor, formando um núcleo populacional cada vez mais denso. Os primeiros imóveis eram simples, feitos de taipa, com coberturas de palha ou telha artesanal. A distribuição das moradias obedecia à lógica espontânea da ocupação, com os caminhos de acesso transformando-se em ruas e os espaços comuns tornando-se pontos de encontro e trocas. Os moradores passaram a organizar feiras e pequenos comércios, o que estimulou o desenvolvimento da economia local.

O crescimento do povoado foi gradativo, sustentado pelo dinamismo da feira livre que rapidamente ganhou importância regional. Arapiraca se firmou como entreposto comercial entre as áreas rurais e os centros urbanos maiores, facilitando o escoamento da produção agrícola e atraindo novos moradores. A diversidade de produtos oferecidos, como gêneros alimentícios, ferramentas, tecidos e animais, fortaleceu o papel da feira como motor da economia local.

Com a consolidação do povoamento, começaram a surgir pequenas iniciativas de infraestrutura, como o calçamento de vias centrais, construção de cisternas comunitárias e abertura de caminhos para ligar o povoado a outras localidades. Ainda que de forma incipiente, esses elementos indicavam uma transição entre um agrupamento rural disperso e a formação de um centro urbano em desenvolvimento.

Esse período marcou o nascimento de uma identidade coletiva entre os habitantes, unida não apenas pela devoção religiosa, mas também pela cooperação no trabalho agrícola, pela solidariedade comunitária e pelo senso de pertencimento ao território.

O povoamento de Arapiraca, portanto, foi um processo orgânico, moldado pela interação entre geografia, cultura, religião e economia, que resultou no surgimento de uma cidade com características únicas dentro do cenário nordestino.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ADMINISTRATIVA

A trajetória histórica e administrativa de Arapiraca reflete um típico processo de consolidação municipal no interior do Nordeste brasileiro. A transformação do povoado em cidade foi marcada por uma sequência de eventos que envolveram crescimento populacional, desenvolvimento econômico e

reivindicações políticas por maior autonomia. Desde seus primeiros passos como povoado, Arapiraca apresentou sinais de dinamismo regional, o que contribuiu para sua elevação progressiva de categoria administrativa ao longo das décadas.

Inicialmente, Arapiraca fazia parte do território de Limoeiro de Anadia, município do qual dependia administrativa e politicamente. Com o fortalecimento do núcleo urbano e o aumento de sua importância econômica – especialmente devido ao comércio local e à feira livre que atraía habitantes de diversos pontos da região – cresceu também a pressão por autonomia. Essa mobilização culminou na elevação de Arapiraca à condição de vila em 1924, por meio da Lei Estadual nº 1.126. Esse foi o primeiro passo rumo à emancipação política.

Três anos depois, em 30 de outubro de 1927, Arapiraca foi elevada à categoria de município, tornando-se oficialmente independente de Limoeiro de Anadia. A criação do município possibilitou a instalação da prefeitura, da câmara de vereadores e da estrutura administrativa local, o que contribuiu para uma gestão mais eficaz dos assuntos regionais. Essa nova fase trouxe consigo maior visibilidade política e acesso a recursos públicos que foram investidos em melhorias urbanas e na estruturação dos serviços públicos essenciais.

A consolidação de Arapiraca como município coincidiu com o crescimento de sua principal atividade econômica: a produção de fumo. Durante as décadas de 1950 a 1970, Arapiraca se destacou como o maior polo fumageiro do Brasil, sendo responsável por grande parte da produção e comercialização do fumo na região Nordeste. Esse ciclo do fumo não apenas impulsionou a economia local, mas também atraiu investimentos, gerou empregos e possibilitou melhorias na infraestrutura urbana, como pavimentação de ruas, construção de escolas, mercados públicos e estabelecimentos de saúde.

Com o declínio da fumaça nas décadas seguintes, Arapiraca passou por um processo de diversificação econômica. O setor comercial foi ampliado, indústrias de pequeno e médio porte se instalaram e os serviços, especialmente nas áreas de educação e saúde, passaram a ocupar papel de destaque. A cidade passou a ser vista como polo de desenvolvimento do Agreste alagoano, exercendo influência sobre dezenas de municípios vizinhos.

No campo político-administrativo, Arapiraca fortaleceu sua representação estadual e nacional, elegendo representantes para a Assembleia Legislativa e para o Congresso Nacional. Além disso, houve avanços significativos na governança municipal, com a criação de órgãos públicos especializados, como secretarias temáticas, conselhos municipais e estruturas participativas de planejamento urbano e social.

Atualmente, Arapiraca é reconhecida como a segunda maior cidade de Alagoas em termos de população e importância econômica, atrás apenas da capital Maceió. Sua evolução administrativa reflete a capacidade da cidade de se reinventar ao longo do tempo, adaptando-se às transformações políticas e econômicas, mantendo sua relevância regional e contribuindo para o desenvolvimento do estado.

HABITANTES, CONFLITOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

A formação da população de Arapiraca se deu, em grande parte, pela migração interna de famílias nordestinas que buscavam melhores condições de vida no interior de Alagoas. Esses primeiros habitantes eram, sobretudo, pequenos agricultores, vaqueiros e comerciantes que se estabeleceram de forma espontânea no território. A base social era formada por núcleos familiares extensos, com forte presença da religiosidade católica, práticas culturais sertanejas e tradições ligadas ao trabalho no campo.

O modo de vida era simples e marcado pela cooperação entre os moradores, que enfrentavam desafios comuns como a escassez de infraestrutura, o isolamento geográfico e a dependência das condições climáticas para a produção agrícola.

Com o passar dos anos, a cidade experimentou um crescimento acelerado que, embora positivo, também trouxe conflitos e transformações sociais. Um dos primeiros e mais significativos conflitos da história local foi de natureza fundiária. A ausência de regulamentação das terras e a falta de documentos formais de propriedade deram origem a disputas entre famílias, posseiros e novos migrantes. Em alguns casos, esses conflitos envolveram violência e marcaram a luta pela regularização territorial, exigindo mediação por parte das autoridades locais.

No campo político, as décadas de 1930 a 1950 foram marcadas por disputas intensas entre grupos familiares que disputavam o controle do poder municipal. Tais rivalidades geravam instabilidade administrativa e interferiam no desenvolvimento urbano. Essas disputas refletiam um cenário comum em muitos municípios do interior nordestino, onde o poder político era frequentemente concentrado em grupos oligárquicos locais. Apesar dos entraves, Arapiraca conseguiu manter seu crescimento, sobretudo graças à força do setor agrícola e ao papel desempenhado por lideranças que, mesmo em meio aos conflitos, buscaram melhorias estruturais para a cidade.

O desenvolvimento urbano de Arapiraca seguiu uma lógica inicialmente espontânea, com crescimento desordenado em torno do centro religioso e comercial. As primeiras edificações eram casas de taipa com coberturas de palha ou telha artesanal. Com o tempo, começaram a surgir construções de alvenaria, estabelecimentos comerciais, escolas, unidades de saúde e prédios administrativos. A cidade foi se expandindo sem um plano diretor definido, o que resultou em alguns problemas de mobilidade, ocupação irregular e infraestrutura deficitária em áreas periféricas.

No entanto, a partir da década de 1970, iniciou-se um esforço de urbanização mais planejado, impulsionado pelo aumento da arrecadação municipal e por investimentos estaduais e federais. Foram pavimentadas avenidas, criadas áreas de lazer e espaços públicos como praças e mercados. O centro urbano passou a concentrar as principais atividades econômicas e de serviços, enquanto os bairros periféricos absorviam a crescente população vinda da zona rural ou de municípios vizinhos.

O perfil dos habitantes também foi se modificando. Se antes predominavam os trabalhadores rurais e comerciantes informais, o avanço da educação e da economia local permitiu a formação de uma classe média urbana, composta por servidores públicos, profissionais liberais e pequenos empresários. Esse novo perfil

demográfico impulsionou a demanda por serviços de saúde, educação, moradia e lazer, o que forçou o poder público a investir em infraestrutura urbana e ampliar os serviços essenciais.

Em termos culturais, a população de Arapiraca manteve fortes vínculos com suas raízes sertanejas, expressas em festas populares, tradições religiosas e manifestações artísticas como o reisado, a quadrilha junina e os festejos de padroeira. Essa preservação cultural contribuiu para fortalecer a identidade do município, mesmo diante da urbanização crescente e da modernização dos modos de vida.

O desenvolvimento urbano de Arapiraca é, portanto, resultado de múltiplos fatores: a resistência e o trabalho de seus habitantes, a superação de conflitos históricos, o aproveitamento de sua posição geográfica estratégica e a capacidade de adaptação às mudanças econômicas e sociais. Esse processo reforça a importância de compreender o município não apenas como um espaço físico, mas como um organismo social em constante transformação, cuja história é feita pelas pessoas que o constroem diariamente.

SITUAÇÃO ATUAL: ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO: CLIMA, RELEVO, POPULAÇÃO, LOCALIZAÇÃO (REGIÃO E MICRORREGIÃO), ÁREA, LIMITES MUNICIPAIS, DISTRITOS, CARACTERÍSTICAS URBANAS, ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES; PATRIMÔNIO NATURAL, CULTURAL, HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO. ATRAÇÕES TURÍSTICAS, CULTURAIS E DE LAZER, DATAS COMEMORATIVAS E DESTAQUES DO MUNICÍPIO; PERSONALIDADES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS; POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA DIVISÃO REGIONAL TURÍSTICA DO ESTADO E SUA CLASSIFICAÇÃO NO MAPA

ASPECTOS FÍSICOS, GEOGRÁFICOS E POPULACIONAIS DE ARAPIRACA (ALAGOAS)

Arapiraca, situada no coração do estado de Alagoas, representa um dos municípios mais expressivos da região Nordeste do Brasil, especialmente no tocante ao dinamismo econômico e crescimento urbano no interior do estado. O entendimento de seus aspectos físicos, geográficos e populacionais é fundamental para compreender sua importância regional. Nesta seção, serão exploradas características como clima, relevo, hidrografia, vegetação, localização, área territorial, limites e dados populacionais.

► Localização geográfica e área

Arapiraca pertence à mesorregião do Agreste Alagoano, integrando a microrregião homônima. Está localizada a cerca de 125 quilômetros da capital estadual, Maceió, o que a torna um ponto estratégico de ligação entre o litoral e o sertão. Essa posição privilegiada facilita o escoamento da produção agrícola e industrial, além de integrar fluxos comerciais e populacionais no estado.

O município ocupa uma área de aproximadamente 345 km². Sua extensão territorial, embora relativamente pequena em comparação a outros municípios do interior nordestino,

comporta uma estrutura urbana consolidada, com elevado grau de urbanização, e uma zona rural ainda ativa, principalmente nas atividades agropecuárias.

► Limites municipais

Arapiraca faz divisa com os seguintes municípios:

- **Ao norte:** Igaci
- **Ao sul:** São Sebastião
- **A leste:** Coité do Noia e Limoeiro de Anadia
- **A oeste:** Lagoa da Canoa, Girau do Ponciano e Feira Grande
- **Noroeste:** Craibas
- **Sudeste:** Junqueiro

Essa configuração contribui para a formação de um eixo regional de integração socioeconômica, no qual Arapiraca atua como centro urbano irradiador de serviços e infraestrutura.

► Relevo e hidrografia

O relevo de Arapiraca é típico da região Agreste, caracterizado por suaves ondulações, com presença de colinas, planaltos residuais e áreas levemente acidentadas. A altitude média gira em torno de 250 metros acima do nível do mar, favorecendo um clima relativamente ameno em comparação ao sertão.

Do ponto de vista hidrológico, o município é cortado por pequenos rios e riachos sazonais. Embora não conte com grandes cursos d'água permanentes, há destaque para a Lagoa do Perucaba, importante corpo hídrico local, que além de relevância ambiental, tem papel cultural e turístico. A presença de açudes também é comum, utilizados principalmente para abastecimento e irrigação agrícola.

► Clima e vegetação

O clima predominante é o tropical semiárido (classificação BSh na escala de Köppen), com duas estações bem definidas: uma chuvosa, que vai de abril a agosto, e outra seca, de setembro a março. A temperatura média anual situa-se entre 22 °C e 32 °C, sendo os meses de janeiro a março os mais quentes e secos.

A vegetação típica é a caatinga arbustiva e caducifolia, com presença de espécies adaptadas à seca. Em áreas úmidas ou de uso agrícola, há ocorrência de vegetação de transição, pastagens e culturas permanentes. Fragmentos de mata ciliar são observados ao longo de pequenos cursos d'água, embora sofram com a pressão urbana e agrícola.

► População: dados gerais e tendências

A população de Arapiraca está estimada em mais de 230 mil habitantes, de acordo com os dados mais recentes do IBGE. Essa marca faz do município o segundo mais populoso de Alagoas, atrás apenas da capital Maceió. A densidade demográfica ultrapassa os 650 habitantes por km², um índice elevado para os padrões do interior nordestino.

A urbanização é um dos aspectos mais marcantes da cidade. Mais de 90% da população vive em áreas urbanas, reflexo do processo acelerado de crescimento e expansão urbana observado

nas últimas décadas. Arapiraca se tornou polo migratório para moradores de municípios vizinhos e regiões rurais, em busca de melhores condições de trabalho, educação e saúde.

As faixas etárias mais expressivas estão entre os 15 e 44 anos, o que confere ao município um perfil populacional jovem e produtivo. Isso impacta diretamente em suas políticas públicas, sobretudo nas áreas de educação, geração de empregos e capacitação profissional.

Arapiraca é um exemplo de município com forte identidade regional e relevância estratégica no interior do estado. Sua configuração física e geográfica favorece a ocupação urbana, a atividade econômica e a oferta de serviços. Já seu perfil populacional jovem e urbano representa tanto uma vantagem quanto um desafio para o planejamento municipal.

Esses elementos são fundamentais para orientar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentável na região.

CARACTERÍSTICAS URBANAS E ECONOMIA PREDOMINANTE DE ARAPIRACA (ALAGOAS)

O desenvolvimento urbano de Arapiraca é um dos mais destacados no interior do Nordeste brasileiro. Ao longo das últimas décadas, a cidade consolidou-se como polo regional de comércio, serviços e indústria, tornando-se uma referência em planejamento urbano e expansão econômica.

► Desenvolvimento urbano e estrutura da cidade

Arapiraca apresenta uma estrutura urbana organizada e em constante expansão. A cidade passou por uma significativa transformação desde a década de 1970, quando o cultivo do fumo era a principal atividade econômica. Com o declínio dessa cultura, houve a necessidade de diversificação produtiva, o que impulsionou o crescimento do setor de comércio e serviços.

O município é dotado de bairros bem definidos, com infraestrutura básica como pavimentação, sistema de abastecimento de água e energia elétrica, além de rede de transporte urbano. Nos últimos anos, foram realizados investimentos na mobilidade, com a ampliação de avenidas, modernização do terminal rodoviário e implantação de ciclovias e áreas de lazer.

A área central abriga grande parte do comércio varejista, bancos, serviços públicos e instituições educacionais. Bairros como Capiatã, Brasília, Baixão, Cavaco e Eldorado concentram parte relevante da população e apresentam boa infraestrutura habitacional e de serviços.

► Educação, saúde e infraestrutura social

A cidade é reconhecida por seu papel educacional, sendo sede de instituições públicas e privadas de ensino superior, como o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e polos da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Também possui uma ampla rede de escolas municipais e estaduais, além de centros técnicos e profissionalizantes.

Na saúde, destaca-se o Hospital de Emergência do Agreste, referência para vários municípios vizinhos, além de unidades básicas de saúde bem distribuídas. O município também investe em políticas públicas de assistência social, esporte e lazer, com destaque para os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e para programas de inclusão social.

► Economia predominante e setores de destaque

A economia de Arapiraca é diversificada e encontra-se em constante expansão. Historicamente marcada pela monocultura do fumo, que por décadas foi a principal atividade econômica, a cidade passou por um processo de reestruturação e hoje apresenta três pilares econômicos principais:

Comércio e serviços:

- Arapiraca é considerada o segundo maior centro comercial de Alagoas, atrás apenas de Maceió.
- A cidade atrai consumidores de todo o Agreste e Sertão, movimentando setores como vestuário, eletrodomésticos, alimentos e móveis.
- O setor de serviços, especialmente o de saúde, educação, tecnologia e serviços financeiros, cresceu substancialmente nos últimos anos.

Indústria:

- O município abriga indústrias de alimentos, confecções, calçados, embalagens e materiais de construção.
- Possui distritos industriais e atrativos fiscais para instalação de novas empresas.
- Há investimentos públicos e privados em inovação e transformação digital, com incentivo à criação de startups e à economia criativa.

Agropecuária:

- Embora tenha perdido protagonismo, a agricultura ainda representa papel importante na economia local, com destaque para as culturas de milho, feijão, mandioca, hortaliças e fruticultura.
- A pecuária leiteira e de corte também é praticada, além da avicultura e da piscicultura em menor escala.
- Há produção de alimentos para abastecimento local e regional, com mercados e feiras bem estruturados.

► Informalidade e empreendedorismo

O município apresenta forte presença de atividades informais, como feirantes, ambulantes, costureiras, pequenos comerciantes e prestadores de serviços. A Feira Livre de Arapiraca é uma das maiores do estado, funcionando como um centro de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, roupas, utensílios domésticos e outros bens de consumo popular.

O empreendedorismo é incentivado por meio de programas municipais e parcerias com instituições como o Sebrae, que promovem capacitação e acesso ao crédito. Arapiraca se tornou um dos polos do empreendedorismo feminino e da economia colaborativa no interior nordestino.

Arapiraca é um exemplo de cidade que soube se reinventar economicamente, migrando de uma monocultura agrícola para uma economia multifacetada baseada no comércio, nos serviços e na indústria. A urbanização planejada, aliada a investimentos públicos e privados, favoreceu a melhoria da qualidade de vida e consolidou o município como um polo de desenvolvimento regional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Administrativo Educativo

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO: DADOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E ECONÔMICOS; LOCALIZAÇÃO, LIMITES MUNICIPAIS, POPULAÇÃO, DISTRITOS, EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. DATAS COMEMORATIVAS, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO, ATRATIVOS TURÍSTICOS LOCAIS

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Gerais sobre o Município.
Bons estudos!*

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO: POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA. CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS; CONCEITOS DE AUTONOMIA MUNICIPAL; PARTICIPAÇÃO POPULAR, COMPETÊNCIAS COMUNS E PRIVATIVAS DO MUNICÍPIO. SÍMBOLOS MUNICIPAIS. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA. PODERES MUNICIPAIS: EXECUTIVO E LEGISLATIVO. PREFEITO MUNICIPAL: POSSE, FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES, AUXILIARES DIRETOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES, ATOS PRIVATIVOS E SUAS FINALIDADES. SUBSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA SE AUSENTAR DO MUNICÍPIO. CÂMARA MUNICIPAL: FUNÇÕES (LEGISLATIVAS, ADMINISTRATIVAS, FISCALIZADORAS E JULGADORAS), NÚMERO DE VEREADORES, COMPOSIÇÃO. INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO. CONCEITOS BÁSICOS SOBRE MESA DIRETORA, PLENÁRIO, BANCADA, LEGISLATURA, COMISSÕES, SESSÕES (ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS E SOLENES). ATOS PRÓPRIOS DA CÂMARA. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA DE LEIS. CONSELHOS MUNICIPAIS

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1 - O Município de Arapiraca integra, com autonomia política, administrativa e financeira, a República Federativa do Brasil e o Estado de Alagoas, tendo por fundamento:

I- promover, com a colaboração da União e do Estado de Alagoas, bem assim, com a participação da coletividade, os meios indispensáveis ao desenvolvimento integral da pessoa humana, seu preparo para o pleno exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

II- garantir a cada cidadão o livre exercício dos direitos fundamentais universalmente a ele reconhecidos pela harmônica consciência dos povos e proclamados pela Constituição da República Federativa do Brasil;

III- desenvolver ações permanentes de assistência e amparo aos menores, aos idosos e aos portadores de necessidades especiais;

IV- assegurar a preservação do meio-ambiente, de modo a viabilizar a perenização dos processos ecológicos essenciais e, assim, contribuir para o resguardo da natureza como fonte de vida;

V- estabelecer condições de igualitário acesso ao ensino público, às fontes da cultura nacional e à seguridade social;

VI- fomentar os desportos e o lazer, com amplo acesso para a população, como forma de promoção social;

VII- exercer a administração da coisa pública com guarda aos princípios de prevalência do interesse coletivo, legalidade, moralidade administrativa, impessoalidade e publicidade;

VIII- contribuir para a indissolubilidade da União Federal;

IX- estimular a participação da comunidade no processo decisório municipal, como forma de exercício pleno da cidadania.

Artigo 2 - Todo Poder do Município emana do povo que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos, com a participação das entidades ou por meio de representantes eleitos, com a participação das entidades associativas.

§ 1º - O exercício da soberania popular se dá, na forma desta Lei Orgânica, através de:

- I- plebiscito;
- II- referendo;
- III- iniciativa Popular no Processo Legislativo;
- IV- participação em decisões da Administração Pública;
- V- fiscalização sobre a Administração Pública.

§ 2º - O exercício indireto do Poder pelo povo se dá por representantes eleitos através de sufrágio universal, por voto direto e secreto, com igual valor para todos e na forma em que dispõe a Legislação Federal.

§ 3º - A participação das entidades associativas dar-se-á na forma em que dispõe esta Lei Orgânica, assegurando-se as seguintes instâncias;

- I- assembleia Geral do Município;
- II- conferência Municipais de políticas administrativas setoriais;

III- conselhos Populares de políticas administrativas setoriais.

Artigo 3 - Compete ao Município prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e à garantia do bem-estar da comunidade, cumprindo-lhe, privativamente:

- I- legislar sobre os assuntos de interesse local;
- II- suplementar, no que couber, as legislações federal e estadual;

III- organizar os serviços públicos de interesse local, inclusive e de transporte coletivo, que tem caráter essencial, prestando-os diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão;

IV- criar, organizar e suprimir distritos, respeitando o que estabelece a Constituição Estadual;

V- instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como, aplicar suas rendas;

VI- manter, com a cooperação técnica da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, ensino fundamental e cursos profissionalizantes;

VII- proporcionar bons serviços de saúde no atendimento à população, com a cooperação técnica da União e do Estado;

VIII- promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano, onde o município tiver influência e poder decisório, respeitadas as legislações vigentes;

IX- elaborar e executar o Plano Diretor, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

X- constituir a guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

XI- planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;

XII- legislar sobre a licitação e contratação em todas as modalidades, para administração pública municipal, direta e indireta, inclusive as fundações públicas municipais e as empresas sob seu controle, respeitadas as normas gerais da Legislação Federal;

XIII- fomentar a produção agropecuária, além das outras atividades agrícolas e organizar o abastecimento alimentar;

XIV- promover programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico;

XV- estimular e desenvolver ações de proteção ao patrimônio histórico, artístico, cultural, arqueológico e paisagístico, agindo em sintonia com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural.

Artigo 4 - Rege-se o Município de Arapiraca pelas regras estatuídas nesta Lei Orgânica e pela Legislação Ordinária que expedir, respeitados os princípios estabelecidos pelas Constituições do Estado de Alagoas e da República Federativa do Brasil.

Artigo 5 - São Símbolos do Município de Arapiraca a Bandeira, o Hino e o Brasão, mantidos com a promulgação desta Lei Orgânica.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Artigo 6 - O Governo Municipal compreende os Poderes Executivo e Legislativo, independente e harmônicos entre si.

CAPÍTULO II DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 7 - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores eleitos dentre cidadãos maiores de dezoito anos e no gozo dos direitos políticos, por voto direto e secreto.

§ 1º - Determina o número de 17 (dezessete) vereadores para o Município de Arapiraca;

§ 1º - Determina o número de 19 (dezenove) vereadores para o Município de Arapiraca (Alterado pela Emenda nº 01/2019);

§ 2º - A fixação a que se reporta o parágrafo anterior será aplicada a partir das eleições do ano de 2016;

§ 2º - A fixação a que se reporta o parágrafo anterior Serpa aplicada a partir das eleições do ano de 2020 (Alterado pela Emenda nº 01/2019);

§ 3º - As alterações realizadas na lei Orgânica do Município foram estabelecidas com base na Proposta de Emenda Constitucional n.º 58/2009.

Artigo 8 - Compete, privativamente à Câmara Municipal:

I- elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

II- ter a iniciativa das leis que fixarão os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, sendo os destes na razão de, no máximo, setenta e cinco por centodaquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39 § 4º, 57 § 7º, 150, II, 153, III e 153 § 2º da Constituição Federal;

III- determinar que os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais terão parcela única e fixa, estando impedidos de receberem ajuda de custo, 13º salário, gratificação adicional, abono, verba de representação e qualquer outra espécie remuneratória. Não sendo admitida a figura da parcela variável antes percebida pelos Vereadores;

IV- estabelecer que os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais serão fixados determinando-se o valor em moeda corrente do país;

V- autorizar que os subsídios tratados neste artigo somente poderão ser alterados por lei específica, observada a iniciativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sem distinção de índices, na mesma data em que ocorrer a revisão da remuneração dos servidores públicos;

VI- definir que os subsídios dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VII- estabelecer que no caso da não alteração dos subsídios do Prefeito, Vice- Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores na data prevista no inciso V, continuarão sendo pagos os valores do mês anterior ao da data da revisão da remuneração dos funcionários públicos;

VIII- autorizar o chefe do Executivo a se ausentar do município, quando a ausência exceder a quinze dias;

IX- julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X- sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

XI- fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e fundações;

XII- autorizar referendo e convocar plebiscito, na forma da Lei;

XIII- convocar o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais, sempre que necessário, objetivando a prestação de esclarecimentos quanto a assunto de interesse de coletividade;

XIV- deliberar sobre os vetos apostos pelo Prefeito Municipal;

XV- conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito;

XVI- criar, transformar e extinguir os cargos de seus serviços, fixando-lhes a respectiva remuneração;

XVII- processar e julgar os crimes praticados pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores nos termos do que dispõem as Constituições Federal e Estadual, esta Lei Orgânica e a Legislação Complementar.

Artigo 9 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do chefe do Executivo, exceto as de competência exclusiva do Legislativo, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I- tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

II- orçamentos, operações de critérios e dívida pública do Município;

III- planos e programas municipais de desenvolvimento;

IV- criação, extinção e declaração de desnecessidades de cargos e empregos públicos;

V- política fiscal para agilização do processo de industrialização do Município;

VI- dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e ter a iniciativa da lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

VII- autorização prévia para a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio público, desde que a receita de capital dela derivada não seja aplicada no financiamento de despesas corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

VIII- autorização para a concessão de serviços públicos, bem como de direito de uso especial, remunerado ou não, de bens públicos;

IX- aprovação do Plano Diretor;

X- transferência precária da Sede da Administração Municipal.

Artigo 10 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábado, domingo ou feriado.

§ 2º - A sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - No período de 60 dias antecedentes às eleições municipais, o Regimento Interno disporá sobre o funcionamento da Câmara, assim como o regime de votação dos projetos a ela encaminhados.

Artigo 11 - Reunir-se-á extraordinariamente a Câmara Municipal, mediante convocação do Prefeito Municipal ou da maioria dos seus membros, nas hipóteses de intervenção estadual, de urgência ou interesse público relevante.

§ Único - Em sessão extraordinária, apenas deliberará a Câmara Municipal sobre a matéria para qual tiver sido convocada.

Artigo 12 - As deliberações da Câmara Municipal, salvo expressa disposição legal em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

SEÇÃO II DO REGIMENTO INTERNO

Artigo 13 - O Regimento Interno disciplinará o funcionamento da Câmara de Vereadores, definirá a organização administrativa interna e, obrigatoriamente, disporá sobre:

I- o exercício da vereança, suas interrupções e suspensões;

II- a composição, o funcionamento e as atribuições das comissões permanentes e temporárias, sendo de instituição necessária, entre as primeiras, as Comissões de Constituições, Justiça e Redação, de Finanças, Orçamento e Fiscalização, Obras e Serviços Públicos;

III- as modalidades e requisitos formais das proposições, bem como o processamento a elas pertinentes;

IV- o procedimento interno de elaborações Legislativas;

V- as condutas de controle e julgamento das contas do Prefeito Municipal;

VI- as convocações do Chefe do Executivo e dos Secretários Municipais;

VII- a composição e a competência da Mesa Diretora e as atribuições dos membros;

VIII- a política interna dos trabalhos da corporação legislativa.

SEÇÃO III DOS VEREADORES

Artigo 14 - Os Vereadores, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

Artigo 15 - A eleição dos Vereadores dar-se-á simultaneamente à de Prefeito e de Vice-Prefeito, no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder.

Artigo 16 - É vedada a concessão de verba de representação aos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Artigo 17 - Ao Vereador é vedado:

I— desde a expedição do Diploma;

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, funções ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas na alínea anterior;

II— desde a Posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível, ad nutum, nas entidades mencionadas no inciso I, alínea a;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea a;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Artigo 18 - Perderá o mandato o Vereador;

I— que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II— cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III— que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV— que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos;

V— que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI— que fixar residência fora do Município.

§ 1º - É incompatível com o decoro no exercício do mandato, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao membro da Câmara Municipal ou as vantagens indevidas;

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e IV, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto por dois terços, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no órgão legislativo, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III e IV, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara de Vereadores, de ofício ou mediante provocação na forma prevista no parágrafo anterior.

Artigo 19 - Não perderá o mandato o Vereador:

I— investido em cargos de Secretário de Estado ou da Prefeitura do Município;

II— licenciado por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento seja no mínimo de 121 (cento e vinte e um) dias por Sessões Legislativas, podendo todavia reassumir a qualquer tempo o exercício do mandato.

§ 1º - O Suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do cargo eletivo.

SEÇÃO IV DO PROCESSO LEGISLATIVO

Artigo 20 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I— emendas à Lei Orgânica;

II— leis complementares;

III— leis Ordinárias;

IV— leis Delegadas;

V— decretos Legislativos;

VI— resoluções.

Artigo 21 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I— de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II— da população, subscrita por 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município;

III— do Prefeito Municipal.

§ 1º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa;

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Câmara Municipal;

§ 3º - A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver em ambos a aprovação mínima de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

§ 4º - No caso do inciso II, a subscrição deverá ser acompanhada dos dados identificadores do Título Eleitoral;

§ 5º - Não será objeto de deliberação a proposta tendente a abolir, no que couber, o disposto no art. 60, parágrafo 4º da Constituição Federal e as formas de exercício da democracia direta.

Artigo 22 - As leis ordinárias serão objeto de iniciativa do Prefeito Municipal, de qualquer dos membros da Câmara Municipal e de cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Artigo 23 - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I— criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica ou fundacional pública, ou, que fixem ou majorarem as respectivas remunerações;

II— organização administrativa, serviços públicos e pessoal da administração direta, autárquica e fundacional pública e seu regime jurídico;

III— provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria e disponibilidade dos servidores municipais;